

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

**COMITÉ DOS REPRESENTANTES
PERMANENTES**

Décima Oitava Sessão Ordinária

24 - 26 de Junho de 2009

SIRTE - LÍBIA

EX. CL/507 (XV)

**Avaliação dos Progressos em África rumo aos Objectivos
do Milénio para o Desenvolvimento, 2009**

Nota Introdutória – Relatório sobre a Avaliação dos Progressos rumo à realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento em África 2009

O Relatório sobre a “Avaliação dos Progressos rumo à realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento em África para 2009” foi preparado conjuntamente pela Comissão da União Africana, a Comissão Económica para África das Nações Unidas, e o Banco Africano de Desenvolvimento. Esta publicação conjunta é preparada anualmente e apresentada à Cimeira da União Africana para informação em relação aos progressos rumo à realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs) em África. O último relatório, preparado conjuntamente pela CUA e UNECA em 2008, foi apresentado à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2008 em Sharm-El-Sheik.

O Relatório para 2009 demonstra que apesar de África continuar a fazer progressos rumo à realização das metas dos OMDs, o progresso é desigual e varia de região para região. O relatório demonstra ainda ter havido alguma melhoria na informação e cobertura dos dados. Contudo, há ainda alguns desafios na recolha de dados suficientes para a verificação e informação dos progressos numa variedade de metas. Neste relatório, são reconhecidos o papel desempenhado pelo Grupo de Peritos Inter-Agências (IAEG) sobre os indicadores dos OMDs e os produtores nacionais de dados no preenchimento das lacunas sobre os dados.

O progresso rumo à realização das metas dos OMDs, conforme nota o relatório, foi dificultado pelas crises que surgiram recentemente no cenário global. Essas incluem a crise alimentar, a crise dos combustíveis e a crise financeira e económica global. Estimativas demonstram que o efeito na taxa de crescimento económico pode declinar de uma média de mais de 6 por cento no passado recente para somente 3,6 por cento em 2009 como resultado do abrandamento económico. O relatório nota o significativo declínio na procura das exportações dos produtos de base africanos que levou à grandes perdas nas receitas. Uma combinação destes e de outros factores pode ter significativas implicações para a realização dos OMDs em África.

Recomendações

O Relatório recomenda as seguintes medidas de modo a garantir que os progressos rumo à realização das metas dos OMDs sejam contínuos:

- Adopção de medidas de protecção social bem direccionadas e flexíveis por parte dos países africanos;
- Os países africanos devem adaptar as suas políticas macroeconómicas de modo a adequarem-se às actuais condições financeiras;
- Os Gabinetes Nacionais de Estatística devem apresentar em tempo oportuno à CUA, UNECA e BAD as estatísticas nacionais, onde as tenham disponíveis, e garantir a sua comparabilidade nos futuros relatórios;

- A planificação e a implementação do plano com base nos OMDs devem continuar a ser destacadas; e
- Fazer chegar os planos de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza com base nos OMDs às camadas mais baixas do governo ou jurisdições sub-nacionais.

O Projecto do Relatório sobre os OMDs para 2009 foi apresentado à Segunda Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças e Conferência da CEA dos Ministros das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico realizada de 6 – 7 de Junho de 2009, em Cairo, Egipto, para a sua apreciação. Os Ministros tomaram nota do relatório e recomendaram que fosse submetido à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA. A resolução resultante da Conferência está em anexo.

Secção 1: Introdução

1. África continua a fazer progressos rumo às metas dos OMDs mas os progressos são desiguais em algumas metas e varia de região para região. Em 2008, continuou a haver altos níveis de apoio político em África e fora dela para os OMDs. Em Julho, durante a Cimeira da União Africana em Sharm-El-Sheik, Egipto, os líderes africanos discutiram e adoptaram uma resolução exortando todos os países a disponibilizar todos os meios necessários para a realização das metas até a data limite.
2. O Relatório do Grupo Directivo África dos OMDs do Secretário Geral das Nações Unidas foi lançado e apreciado durante a Cimeira da UA. Em Setembro, no Evento de Alto-Nível da ONU sobre os OMDs, os líderes mundiais manifestaram-se preocupados sobre a lenta taxa de progressos nos OMDs, especialmente os indicadores de desenvolvimento humano. No Apelo à Acção dos OMDs que resultou do Evento de Alto-Nível de Setembro, os países foram exortados a incrementar os seus esforços rumo a realização dos OMDs. O Relatório do Grupo de Trabalho sobre os OMDs do Secretário-geral destacou incumprimentos na realização do OMD 8, Parcerias, e exortou os principais parceiros de desenvolvimento no sentido de honrar os seus compromissos no auxílio e no comércio.
3. Houve significativas melhorias nos dados utilizados para a monitorização e informação tanto em termos de informação como em termos de cobertura. Isto deve-se provavelmente à melhoria dos esforços ao nível dos países na recolha de dados relacionados com os OMDs nos países por parte das agências nacionais de estatística e de igual modo devido à maior defesa de dados por parte das instituições continentais africanas tais como a Comissão da União Africana bem como o Grupo de Peritos Inter-Agências das Nações Unidas sobre os indicadores dos OMDs.
4. Em 2008, surgiu uma nova variedade de novos desafios para a realização dos OMDs em África. Entre essas, destaca-se a crise dos combustíveis, a crise alimentar, a crise financeira e a crise económica e financeira global. A crise económica e financeira global apresenta-se como um novo desafio para a realização dos OMDs em África. Pode criar impasse, desgastar ou reverter o progresso na região rumo a realização das metas. Evidências preliminares sugerem que a diminuição nas exportações resulta num aumento na incidência da pobreza. Muitos mineiros artesanais perderam a sua fonte de rendimento. A inflação é galopante, as moedas locais estão em depreciação e o preço dos principais alimentos e dos produtos de base tem aumentado. Essas mudanças tornarão mais difícil para os governos importarem medicamentos para fazer avançar os progressos rumo às metas da saúde e/ou aumentar a manufactura de modo a criar empregos decentes. Os governos devem ser cautelosos na escolha de políticas que elaborem para atenuar o impacto da crise, de modo a garantir que não resulte na regressão dos progressos alcançados.
5. Sobre metas e objectivos específicos:

- Apesar dos dados sobre o rendimento da pobreza não estarem prontamente disponíveis, a actual crise poderá comprometer os progressos alcançados na redução da pobreza através da contagem individual em alguns países como o Gana;
 - O progresso rumo ao emprego pleno na região é lento. A evidência confirma que o recente crescimento do desemprego em África foi significativo e que a dependência no emprego continua a ser alta. O crescimento da produtividade laboral foi positivo em todas as regiões durante o período mas não foi suficientemente sólida para acelerar os progressos rumo ao emprego pleno e para gerar trabalho decente. O crescimento da produtividade laboral continua vulnerável aos choques e ao processo cíclico;
 - A região está em vias de realizar a meta de inscrição no ensino primário. Contudo, a meta sobre a conclusão do ensino primário, apesar de estar a melhorar, não será realizada com a actual taxa de progressos. A escala urbana e de rendimento na inscrição continuam a destacar a necessidade de se prestar maior atenção nas áreas rurais e famílias pobres de modo a realizar a meta;
 - A tendência rumo à paridade do género continua sólida no ensino primário mas menor no ensino secundário e terciário;
 - Os progressos rumo às metas da saúde continua a ser um grande desafio. A mortalidade materno-infantil continua alta. A cobertura da imunização está a atingir a universalidade e está, desta modo, a reduzir de forma significativa as taxas de mortalidade infantil em muitos países. O progresso rumo a redução da prevalência do VIH/SIDA é sólido, mas não à taxa de reverter e pôr fim à propagação da doença;
 - A proporção da população com acesso ao fornecimento de água e saneamento melhorado está a aumentar mas está concentrado nas áreas urbanas;
 - Significativas diferenças na realização da parceria global para o desenvolvimento. Essas incluem a incapacidade de concluir a ronda de negociações comerciais de Doha; a incapacidade do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico alcançar a taxa de 0,7% do Rendimento Nacional Bruto para o Auxílio Público para o Desenvolvimento. Os Acordos de Parceria Económica apresentam-se como um risco para os OMDs e o comércio com a China e outros países do sul esta a aumentar.
6. No geral, este relatório conclui no mesmo tom do Relatório de 2008: o continente está a realizar progressos numa variedade de metas e nem tanto em outras. Não há convergência tanto nos níveis ou taxas de progresso em todas as sub-regiões. A realização dos OMDs na África do Norte é um desafio menor do que no resto da África.

Secção II: Seguimento do Progresso

7. Houve alguma mudança nos indicadores que são utilizados para informar e fazer o seguimento dos progressos. Conforme anteriormente referenciado, houve alguma melhoria na informação bem como na cobertura dos dados. Isto deveu-se em parte aos esforços empreendidos pelo Grupo de Peritos Inter-Agências (IAEG) sobre os indicadores dos OMDs e os produtores nacionais de dados. Não obstante, há ainda dados insuficientes para se fazer o seguimento dos dados e prestar informação dos progressos sobre uma variedade de metas.

8. Este relatório, como os dois que o antecederam, é baseado em dados da Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), o depósito de dados internacionalmente acordado para a monitorização dos progressos rumo às metas dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs)¹. A base de dados da UNSD tem significativas lacunas e algumas das séries de dados não estão actualizados. Por exemplo, continua a haver diferenças críticas nas series de dados sobre a pobreza e mortalidade infantil. Portanto, este relatório chamou a atenção, onde foi necessário, da necessidade de utilização de outras fontes de dados que não fossem da UNSD como complemento. Onde tenham sido utilizadas outras fontes de dados que não fossem da UNSD, são explicitamente indicadas.

9. Felizmente, os esforços têm sido intensificados no passado recente para melhoria da disponibilidade de dados através da UNSD. O mecanismo internacional de recolha e processamento de dados estabelecido para monitorizar e fazer o seguimento dos progressos rumo aos OMDs está a reforçar a cooperação entre os vários intervenientes desde os produtores nacionais, via organizações regionais e internacionais, de modo a melhorar a base de dados global dos OMDs armazenadas na UNSD. Não obstante, muitos desafios ainda dificultam a capacidade dos países em prestar informação dos seus dados de forma oportuna e continua a haver uma significativa diferença de dados. Em geral, as principais fontes de diferenças de dados, problemas e diferenças entre as fontes nacionais e internacionais são: problema de definição, questões metodológicas, falta de dados recentes ao nível internacional, falta de coordenação ao nível nacional, diferença nas estimativas populacionais nos períodos inter-sensos, falta de transparência nos procedimentos de estimativas e modelagem por parte das organizações internacionais, atrasos na publicação dos resultados por parte dos Gabinetes Nacionais de Estatística e a falta de coordenação no seio e entre as agências internacionais.

¹ É principalmente baseado nos dados de 2006, o ano mais recente para o qual a UNSD prestou dados na altura em que estava a ser preparado.

OBJECTIVO 1: Erradicação da extrema pobreza e da fome
Meta 1B: Realização plena e emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo a mulher e os jovens

10. Esta meta, bem como os indicadores para avaliar os progressos a ela aliados, foram introduzidos em 2007. Há dados suficientes para avaliar os progressos na taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada e a taxa de emprego por população.

Indicador 1.4 Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada

11. A taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada, que é utilizado como uma avaliação para o crescimento da produtividade do trabalho, ajuda a estimar os potenciais das economias de modo a gerar empregos decentes.

12. A análise dos dados neste indicador, relativa ao ano 1991, demonstra que o crescimento da produtividade do trabalho foi positivo em todas as regiões do continente, com excepção da África Oriental. O impressionante crescimento na produtividade do trabalho por pessoa empregada iniciou em 2000 em todas as sub-regiões do continente devido, em parte, ao aumento das actividades de colheita de recursos da exploração mineira e mineral, especialmente na Guiné Equatorial, Chade, Angola, Nigéria, Lesoto, Zâmbia e Botsuana.

13. Há significativas variações em todos os países relativamente ao crescimento da produtividade do trabalho. Na Guiné Equatorial, Lesoto e Botsuana, cresceu em média em cerca de 5 por cento e mesmo acima deste valor, mas teve um declínio superior a 3 por cento no Burundi, Zimbábue e na República Democrática do Congo (RDC), todos esses países envolvidos em conflitos. A taxa positiva de crescimento do PIB por pessoa empregada foi mantida pela flutuante expansão da actividade económica no primeiro grupo de países. Na Guiné Equatorial, o resultado da expansão foi impelido pelo petróleo, no Lesoto pela água e no Botsuana pela exploração mineira. A produtividade do trabalho teve um declínio no Segundo grupo de países devido, em parte, aos conflitos que resultaram numa redução na eficiência do trabalho e, deste modo, uma contracção severa da procura geral.

14. Há igualmente significativas variações regionais no resultado por pessoa empregada. Entre 1991 e 2006, a produtividade do trabalho foi relativamente estável no Norte de África mas significativamente volátil no resto da África. Isto deveu-se em grande medida às diferenças na estrutura da produção, com a exploração mineira e outras actividades de colheita de recursos naturais a dominar o resultado em toda a África com excepção da região Norte.

Indicador 1.5 Taxa de Emprego por população

15. Dados disponíveis indicam que a taxa de emprego por população continuou virtualmente imutável em África de 1991 a 2006, apesar de terem ocorrido mudanças marginais variadas em todas as regiões. Por outro lado, ocorreram incrementos

relativamente modestos na região Norte de África, onde a taxa do emprego por população aumentou relativamente de 43,51 por cento em 1991 para 45,05 por cento em 2006. Contudo, a região registou ainda a mais baixa taxa de emprego por população no continente, devido, em grande medida, à fraca participação da mulher e da juventude nos mercados de trabalho. Por outro lado, a taxa de emprego por população nas regiões da África Central, Oriental, Austral e Ocidental verificou um declínio bastante marginal de 1991 a 2006, apesar do reavivamento do crescimento económico testemunhado durante o período de 2003 – 2006.

16. O continente não poderá atingir a meta do emprego pleno e produtivo bem como do trabalho decente para todos, incluindo a mulher e a juventude, caso continuem as tendências actuais.

Meta 1C: Reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem com a fome

17. A região fez progressos na redução da proporção de pessoas que sofrem com a fome. Contudo, esse progresso pareceu ameaçado com o rápido aumento nos preços dos alimentos que iniciou no princípio de 2008. Este factor apresentou importantes diferenças nos esforços para garantir a segurança alimentar na região. Essas diferenças poderão ser ampliadas pela crise económica e financeira global que tem resultado numa desaceleração do crescimento regional, pressionando nos preços médios, preços dos alimentos básicos, importações e insumos agrícolas. Os conflitos no Zimbábue, Sudão, República Democrática do Congo, República Centro Africana e Chade complicaram os esforços para a realização de progressos.

Indicador 1.8: Prevalência de crianças malnutridas com menos de cinco anos de idade

18. As informações sobre este indicador têm deteriorado desde 2000 quando a base de dados da UNSD tinha dados de 25 países africanos. Em 2006, a UNSD tinha dados de somente 17 países africanos e este facto tornou difícil avaliar os progressos.

19. Contudo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) não mantém uma boa base de dados. Os dados da OMS são apresentados em intervalos de dez em dez anos para os países para os quais os dados estejam disponíveis. Portanto, é difícil avaliar a taxa de progressos para os países individuais, com o ano 1990 como o ano de base. Entre os 25 países africanos para os quais há dados disponíveis, 18 prestaram informações de melhorias na proporção das crianças malnutridas com menos de cinco anos de idade. Angola informou o maior declínio na proporção de crianças malnutridas com menos de 5 anos de idade de 9,5% seguido pela Tanzânia (8,6%), Mali (8,1%) e Nigéria (7,9%).

20. A região realizou em média muito pouco progresso na redução da proporção de crianças malnutridas com menos de 5 anos de idade. Este facto contrasta com a região

do Sudeste Asiático e do Mediterrâneo Oriental que observaram significativas reduções.

21. Caso a actual tendência se mantenha, a África não poderá atingir as metas até 2015. Os progressos nessa meta poderão ser severamente estrangidos pelos dramáticos aumentos (apesar de actualmente moderados) nos preços dos alimentos que iniciaram no final de 2007. A actual crise económica com as resultantes pressões inflacionárias poderá igualmente afectar de forma severa os esforços para reverter as tendências nesta meta.

Meta 2: Realização do Ensino Primário Universal

Meta 2A: *Garantir que até 2015, toda a criança, tanto rapazes como raparigas, possam concluir o ensino primário*

22. A região tem mantido os progressos alcançados rumo à realização do ensino primário universal, conforme informado em 2008². A maioria dos países africanos estão em vias de realizar a inscrição universal até 2015, caso as actuais tendências continue. No entanto, é necessário que acções sejam tomadas no sentido de melhorar o acesso ao ensino primário para as crianças de famílias pobres; que vivem nas áreas rurais e/ou sejam órfãs do VIH.

Indicador 2.1: *Inscrição bruta no ensino primário*

23. Os dados sobre a inscrição no ensino primário demonstraram significativas melhorias em 2006 em relação a 2005. A maioria dos países exibiu significativos progressos. Na Etiópia, por exemplo, a inscrição bruta aumentou em 6,3% em 2006 em relação a 2005 e com base nas actuais tendências, o país está em vias de realizar esta meta até à data limite. Até 2006, 9 países africanos tiveram taxas brutas de inscrição primária superiores a 90 por cento.

24. Mas há igualmente algumas regressões. A inscrição primária bruta teve um declínio no Lesoto, em Cabo Verde, na Argélia, em São Tomé e na Tunísia, por exemplo, destacando a importância da vigilância e das acções para manter os sucessos já alcançados.

Indicador 2.2: *Taxas de conclusão do Ensino Primário*

25. Em África no geral, as taxas de conclusão do ensino primário tem aumentado. Em 2006, o ano mais recente para o qual há dados disponíveis, a taxa de conclusão apesar de baixa em 62,2 por cento, representou uma melhoria de cerca de 2,2 por

² CEA/União Africana *Avaliação dos Progressos rumo a Realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento em África, 2008*, apresentado na 11ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo dos Chefes de Estado da União Africana em Junho de 2008, no Egipto.

cento em relação a 2005. Houve um incremento médio de 5,3 por cento nas taxas de conclusão³ em 17 países entre 2005 e 2006.

26. Entre os países para os quais há disponíveis dados, a taxa de conclusão teve um declínio nas Maurícias, no Burundi e na República Centro Africana. A Taxa média de conclusão nos países em conflito e emergentes de conflitos e nos países mais populosos de África, Nigéria e Etiópia, é baixa. Mas o Benin, a Guiné, a Tunísia e o Marrocos demonstraram taxas significativamente altas de conclusão em relação à taxa bruta de inscrição. À essa taxa, o continente não poderá realizar esta meta.

Meta 3: Promover a igualdade do género e capacitação da mulher

27. O continente continua a fazer progressos rumo a igualdade do género e capacitação da mulher. A taxa de inscrição de raparigas no ensino primário aumentou em relação à dos rapazes entre 2000 e 2006. Apesar desses avanços, as raparigas ainda contribuem com 55 por cento da população fora do sistema de ensino na região. A paridade do género no ensino primário foi alcançada num grande número de países. Contudo, as diferenças do género aumentam no ensino secundário e é ainda maior no ensino terciário. O aumento crescente no número de mulheres representantes parlamentares continua forte como é visível no número de mulheres eleitas para os Parlamentos nas recentes eleições. Apesar dos dados serem limitados, no sector não-agrícola, a mulher corresponde a 80 por cento do trabalho por conta própria, periódico, eventual e informal.

Meta 3A: Eliminar a disparidade do género no ensino primário e secundário preferencialmente até 2005, e em todos os níveis de ensino o mais tardar até 2015

Indicador 3.1: taxas de raparigas e rapazes no ensino primário, secundário e terciário

28. De acordo com dados disponíveis, onze países⁴, já alcançaram a paridade do género no ensino primário em 2006. Houve uma ligeira regressão na Líbia que esteve sempre entre este grupo dos primeiros empreendedores. A República Centro Africana e o Níger, de acordo com dados disponíveis, são os piores empreendedores nessa categoria. Um pequeno número de países, incluindo a Mauritânia, o Ruanda e o Malawi, tem um índice de paridade do género superior a 1, indicando que mais raparigas são inscritas do que rapazes no ensino primário. No geral, com base nos dados disponíveis, a maioria dos países africanos tem um índice de paridade do

³ A proporção de alunos que iniciam a 1ª Classe e que terminam a última Classe do ensino primário, conhecida como a Taxa de Sobrevivência para a última classe do ensino primário, é a percentagem de um grupo de alunos inscritos na 1ª Classe do nível primário de ensino num determinado ano lectivo que se espera alcancem a última classe do ensino primário independentemente de repetição.

⁴ Gâmbia, Gabão, Lesoto, Malawi, Maurícias, Mauritânia, Namíbia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seychelles, e Uganda.

género de mais de 0,90 colocando-os em vias de realizar a paridade do género no ensino primário até à data limite, caso as tendências actuais continue.

29. A maioria dos países africanos está ainda por realizar a paridade do género no ensino secundário após cerca de quatro anos da data limite de 2005. Somente onze⁵ países realizaram esta meta e cinco⁶ outros prestaram informações do índice da paridade do género superior a 0,90. Para o Lesoto e a Namíbia, mais raparigas do que rapazes estão inscritas no ensino secundário. É pouco provável que os países africanos atinjam essa meta da paridade no ensino secundário até 2015, caso continue a actual tendência.

Semelhante à paridade do género no ensino secundário, o ensino terciário apresenta progressos bastante lentos, somente oito⁷ países atingiram a paridade do género no ensino terciário. Dez⁸ países possuem índices de paridade do género inferiores a 0,50 no ensino terciário e devem fazer esforços excepcionais para atingir a meta.

Indicador 3.3: *Proporção de Assentos detidos por mulheres no Parlamento Nacional*

30. A representação da mulher nos parlamentos nacionais não observou progressos notáveis desde os níveis de 2007, reflectindo as mudanças que ocorreram somente durante os anos de eleições. Cerca de 18 países demonstraram alguma melhoria desde os níveis de 2007, por exemplo o Lesoto registou níveis acima do dobro dos seus níveis de 2007, de 11,7 a 25 por cento.

31. Os maiores empreendedores da paridade do género em relação aos assentos detidos no parlamento Nacional em 2008 são os seguintes países: Ruanda (48,8%), Moçambique (34,8%), África do Sul (33%), Uganda (30,7%), Burundi (30,5%), Tanzânia (30,4%), Namíbia (26,9%), Lesoto (25%), Seychelles (23,5%), Tunísia (22,8%), Mauritânia (22,1%), Eritreia (22%), Senegal (22%) e Etiópia (21,9%).

32. Países com menos de 10% de representação do género em relação aos assentos detidos no Parlamento são: Argélia (7,4%), Chade (5,2%), Comores (3%), Congo (7,3%), Côte d'Ivoire (6,9%), RDC (8,4%), Egipto (1,8%), Gâmbia (9,4%), Quênia (7,3%), Líbia (7,7%), Madagáscar (7,9%), Nigéria (7%), São Tomé e Príncipe (1,8%) e Somália (8,2%).

Meta 4: *Reduzir a mortalidade infantil*

Meta 4A: *Reduzir em dois terços a mortalidade de crianças menores de cinco anos entre 1990 e 2015*

⁵ A paridade do género no ensino secundário em 2006; Argélia, Botsuana, Cabo Verde, Lesoto, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seychelles, África do Sul, Suazilândia e Tunísia.

⁶ Mais de 90% de paridade do género no ensino secundário: Gâmbia, Quênia, Madagáscar, Sudão e Zimbábue.

⁷ Argélia, Botsuana (2005), Cabo Verde, Lesoto, Líbia (2003), Maurícias, África do Sul, Tunísia

⁸ Benim (0.25); Burquina Faso (0.46), Burundi (0.43); Rep. Centro Africana (0.28); Eritreia (0.15), Etiópia (0.34), Guiné (0.28) Mauritânia (0.36), Níger (0.29) e Zâmbia (0.48)

33. Apesar dos dados sobre esta meta serem problemáticos e de vez em quando contenciosos⁹, há, no entanto, notáveis evidências de progressos. Informações prestadas sobre a mortalidade de crianças menores de cinco anos em África no ano de 2006 foram de 129 por 1000 nados vivos. Este número não é significativamente diferente dos 130 por 1000 nados vivos das Informações do ano 2008. Contudo, mais países africanos têm feito progressos na redução da mortalidade de crianças menores de cinco anos.

⁹ Um exemplo de conflito neste sentido é a recente discordância entre o Governo da República Federal da Nigéria e a UNICEF sobre os números reportados no Relatório sobre o Estado da Criança no Mundo da UNICEF para o ano 2009

Meta 5: Melhorar a Saúde Materna

Meta 5A: Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

Indicador 5.1: Taxa de Mortalidade Materna

34. As estimativas da mortalidade materna para o ano 2005 não são comparáveis às anteriores estimativas de 1990, 1995 e 2000 devido a diferença nas metodologias aplicadas. As estimativas para África no ano de 2005 foram de 900 mortes maternas por 100.000 partos para a África Subsaariana e 160 por 100000 para a África do Norte. Os valores apresentados para o ano 1990 foram de 920 e 250 por 100000 para a África Subsaariana e África do Norte respectivamente. Isto significa um declínio durante o período e significativamente a quem de realização da meta, em comparação ao declínio global que foi somente de 1 por cento. A meta de redução de 75 por cento entre 1990 e 2015 requer um declínio anual de 5,5 por cento.

Indicador 5.5: Cobertura dos Cuidados Pré-natais (pelo menos uma consulta e pelo menos quatro visitas)

35. A cobertura dos cuidados pré-natais está a melhorar. Em 2005, mais de vinte e seis países tiveram uma taxa de cobertura de mais de 80 por cento para pelo menos uma consulta pré-natal, ao passo que dez países tiveram uma taxa de cobertura abaixo dos 80 por cento. Somente sete países africanos prestaram informações sobre as quatro consultas pré-natais recomendadas em 2005 e a sua média de cobertura foi de 52 por cento.

Meta 6: Combate ao VIH/SIDA, Malária e Outras Doenças

Meta 6A: Pôr fim até 2015 e iniciar a reverter a expansão do VIH/SIDA

Indicador 6.1: Prevalência do VIH entre a população de 15 – 24 anos de idade

36. Apesar da taxa de prevalência do VIH e das mortes associadas com o SIDA em África continuar alta, houve uma ligeira baixa tanto nas taxas de prevalência como de mortalidade na região. As tendências para o decréscimo na prevalência do VIH observada nos últimos cinco anos continuaram a ser mantida em 2008. A prevalência continuou relativamente baixa no Norte de África. A taxa de prevalência para o resto do continente em 2007 decresceu para cerca de 5 por cento (ONUSIDA 2008). De igual modo, as mortes relacionadas com o VIH/SIDA decresceu para 1,4 milhões de cerca de 2 milhões e novas infecções do VIH de 3 milhões em 2001 para 2,7 milhões em 2007. Essas melhorias são devido à melhoria da prevenção e programas de tratamento em muitos países do continente.

Meta 6B: Atingir até 2010, o acesso universal ao tratamento para o VIH/SIDA para todos aqueles que necessitem

37. O número de pessoas que receberam Tratamento Anti-retroviral (TAR) aumentou desde o último período em que se prestou informação em todas as sub-regiões africanas. Na África do Norte, a proporção de pacientes com o VIH que

receberam TAR aumentou de 24 para 32 por cento entre 2006 e 2007, ao passo que no resto da África, aumentou de 21 para 30 por cento, a maior taxa de aumento para as regiões em desenvolvimento. Como resultado, estima-se que na sub-região tenha ganho cerca de 2 milhões de anos de vida a partir da cobertura de TAR (ONU 2008). Devem ser envidados cada vez mais esforços para melhorar o acesso na África Central.

Meta 6C: *Diminuir a metade até 2015 e iniciar a regressão da incidência da malária e de outras doenças principais*

Indicador 6.7.1: *Proporção de crianças com menos de cinco anos protegidos por mosquiteiros impregnados com insecticida*

38. Houve imensos progressos na utilização dos mosquiteiros impregnados com insecticida para as crianças numa variedade de países seleccionados. Por exemplo, durante um período de seis anos, de 2000 a 2006, a Gâmbia aumentou a cobertura de 15 para 49 por cento, a Guiné Bissau de 7 a 39 por cento, a Tanzânia de 7 a 20 por cento e o Uganda de 0 a 20 por cento (ONU 2008). Todos os países subsaarianos para os quais há dados disponíveis, demonstraram aumentos na utilização de mosquiteiros impregnados com insecticida em crianças menores de cinco anos e dezasseis em vinte países africanos pelo menos triplicou a sua cobertura desde 2000. Apesar deste progresso, no geral, a utilização de mosquiteiros é baixa em relação a procura.

Meta 7: *Garantir a Sustentabilidade do Meio Ambiente*

Meta 7A: *Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e reverter a perda de recursos do meio ambiente*

39. Na maioria dos países africanos, o consumo de substâncias tóxicas relacionadas directamente ao meio ambiente negativo, decresceu desde o último período em que se prestou informação, 2005 – 2006. Isto está claramente em conformidade com o Protocolo de Montreal de fasear a eliminação dos Clorofluorcarbonetos (CFCs) e das Substâncias Prejudiciais ao Ozono (SPOs) de modo a se atingir o duplo benefício da protecção do ozono e das alterações climáticas.

40. As emissões de dióxido de carbono, outra grande fonte de alterações climáticas, no continente continuaram estáticas em 0,5 biliões de toneladas métricas durante o período em análise, de 2003 a 2004. Contudo, a queima do gás nos maiores produtores de petróleo do continente, a Nigéria, Angola e a Líbia, continuaram a ser uma preocupação. Não obstante, com excepção da Guiné Equatorial, da África do Sul e da Tunísia, houve uma tendência geral rumo a redução das emissões de dióxido de carbono *per capita* em todos os países africanos.

Meta 7B: *Reduzir a perda da biodiversidade, a realizar até 2010, uma significativa redução na taxa de perda*

41. No continente, a proporção de áreas protegidas marinhas e terrestres em relação à área total teve alguma melhoria. Em 27 países africanos, houve uma mudança positiva nas áreas protegidas durante o período de 1999 a 2007 que varia desde o Egito com um aumento de 7,8 por cento, a Guiné Equatorial com 9,3 por cento, o Gabão com 11,6 por cento e a Guiné Bissau com 26,3 por cento até ao Quênia e as Maurícias com 0,3 por cento e a Tunísia e o Zimbábue com 0,1 por cento. O continente manteve-se no curso na redução da perda da biodiversidade.

Meta 7.C *Reduzir à metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e ao saneamento básico*
Indicador 7.7: *Proporção da população que utiliza água potável melhorada*

42. Muitos países africanos continuaram a fazer progressos no aumento da proporção de pessoas que utilizam fontes de água melhoradas. Em 2006, em mais de 24 países a proporção de pessoas que utilizam uma fonte melhorada de água potável foi de 60% ou mais. Em países como o Egito, Botsuana e África do Sul, a proporção está próxima de 100%. Países como a Etiópia, a Mauritânia e o Mali prestaram informações da maior taxa de melhoria. Contudo, a média continental geral será depreciada pelos lentos progressos na Nigéria, o país mais populoso do continente, onde a proporção é inferior a 50%. Há grandes disparidades entre as áreas urbanas e rurais no que respeita ao acesso às fontes de água potável melhoradas. Com excepção da África do Norte e da África Austral, a população rural tem acesso limitado às fontes melhoradas de água potável. À taxa actual de progressos, a meta da cobertura de pelo menos 89 por cento da população com água potável melhorada poderá não ser atingida em África até a data limite.

Indicador 7.8: *Proporção de pessoas que utilizam instalações sanitárias melhoradas*

43. Continuam a ser feitos progressos em relação à proporção de pessoas que utilizam instalações sanitárias melhoradas em relação a 1990. Vários países melhoraram no período de 2000 – 2006, mas devido às condições iniciais, a taxa de crescimento deverá ser acelerada em grande escala para se atingirem as metas. Há igualmente uma variedade de países, por exemplo o Burundi, a Libéria e o Ruanda, que regrediram desde 1990 e uma provável causa significativa pode ser a devastação das infra-estruturas nas situações de conflito e os constrangimentos na construção de infra-estruturas em situações de pós-conflito.

44. Em vinte e um países com excepção da África do Norte, somente 16 por cento entre as famílias mais pobres têm acesso ao saneamento melhorado.

Meta 8: *Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento*
Meta 8.A: *Desenvolver cada vez mais um sistema aberto, com base em regras, previsível e não-discriminatório de comércio e finanças*

45. Os progressos em desenvolver ainda mais um sistema aberto, com base em regras, previsível e não-discriminatório de comércio e finanças foram limitados. Os esforços para concluir a Ronda de Doha – a ronda de desenvolvimento – das negociações comerciais em Julho de 2009 falharam, em especial pelo facto dos países desenvolvidos e em desenvolvimento terem discordado na questão do Mecanismo de Salvaguarda Especial (SSM), uma disposição que deverá permitir que os países em desenvolvimento aumentem as tarifas nos produtos agrícolas de forma temporária quando enfrentarem aumentos nos preços das importações e baixas dos preços. A falha na conclusão da Ronda de negociações comerciais de Doha significa que o âmbito e a habilidade dos países africanos em implementar o comércio para o desenvolvimento foram estrangulados.

46. Este é um grande estrangulamento para a habilidade de África explorar o comércio para o desenvolvimento. A contribuição de África no comércio mundial é bastante pequena, tendo decrescido em cerca de 6% na década de 1980 para ligeiramente menos de 2% em 2007.

47. As restrições no acesso ao mercado para os produtores e produtos agrícolas africanos é um factor importante que explica este declínio na contribuição de África no comércio mundial.

48. Os principais exportadores de petróleo de África e a África do Sul detêm em grande medida uma parcela maior das exportações e importações. As exportações dos produtos de base dominam, com os produtores sendo responsáveis por uma insignificante percentagem de 0,82% em 2006 superior aos 0,77% em 2002. Vários países tiveram avanços rumo à liberalização do comércio na década de 1990. Até 23 de Julho de 2008, 42 países africanos tornaram-se membros da Organização Mundial de Comércio. Outros nove, (Argélia, Comores, Guiné Equatorial, Etiópia, Libéria, Líbia, São Tomé e Príncipe, Seychelles e Sudão) estão a negociar a sua adesão.

49. África começa a tirar vantagem plena do comércio e da cooperação sul-sul. Isto é mais notável nas relações comerciais de África com a China. De acordo com dados recentes, o volume de negócios entre a China e África aumentou aproximadamente em 45% desde 2007 até ao final de 2008. As negociações totais no ano 2008 foram de aproximadamente 106 biliões de \$EU. As exportações de África para a China aumentaram somente em 36%. Os progressos na promoção das negociações intra-africanas é lento e na sua taxa actual de crescimento, as negociações intra-africanas não poderão ser um grande contributo para o desenvolvimento do continente a curto prazo.

50. Não houve grandes progressos nas negociações com a União Europeia em relação aos Acordos de Parceria Económica (APEs) concebidos para substituir o Acordo de Cotonou entre a Europa e os países ACP. Os APEs que são essencialmente acordos de livre comércio com base no acesso recíproco aos mercados, apresentam significativos riscos para África. A liberalização entre os países com imensas diferenças nos níveis de desenvolvimento pode ser bastante prejudicial para os países mais

fracos. Para que a liberalização do comércio beneficie os países africanos, devem obter garantias especiais e tratamento diferencial de modo que possam proteger as suas indústrias em fase inicial de desenvolvimento até que estejam suficientemente fortalecidas para competir internacionalmente.

51. O actual abrandamento da economia mundial e o potencial para o crescimento do sentimento de protecção fazem prever que as perspectivas para a realização desta meta sejam remotas.

Meta 8.D: *Tratar de forma abrangente a questão dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a dívida sustentável a longo prazo.*

52. Houve progressos na forma de tratar com os altos encargos da dívida dos países africanos. Esses esforços, iniciando pela iniciativa dos países pobres altamente endividados em 1995, libertaram recursos para os países africanos, permitindo-os fazer investimentos adicionais na aceleração dos progressos rumo às metas dos OMDs. Em 2005 durante a Cimeira do G-8 em Gleneagles, os líderes do G-8 prometeram, com base na Iniciativa Multilateral de Perdão da Dívida (MDRI), no sentido de cancelar a dívida dos países mais pobres no mundo. A maioria desses países pobres é africana. O objectivo da MDRI foi o de reduzir cada vez mais o encargo da dívida dos países pobres altamente endividados e prestar recursos adicionais para ajudar a acelerar os progressos rumo às metas dos OMDs.

53. No final de Janeiro de 2009, 20 países africanos estavam ao ponto de concluir o posto HIPC, 8 estiveram entre o ponto de decisão e conclusão ao passo que outros 5 estiveram ao ponto de pré-decisão.

O Auxílio Público para o Desenvolvimento (ODA) para África teve um impulso durante os quatro anos que se seguiram à Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, México, em 2002. O ODA para as regiões da África Central, Oriental, Austral e Ocidental teve um aumento anual de 9 por cento de 2002 a 2006.

54. A parcela das concessões de alívio da dívida no total do ODA aumentou em 2007, mas diminuíram de forma significativa em 2008, de acordo com os últimos números disponibilizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

55. Em termos relativos, os países do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) colocaram somente 0,25% do seu rendimento nacional bruto (PIB) para ajuda em 2006, ligeiramente acima dos 0,23% por cento registados antes de Monterrey. Contudo, este valor combinado cancela os variados esforços entre os Membros do DAC. Apesar da Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia ter consistentemente atingido a meta das Nações Unidas de 0,7% do PIB, os Estados Unidos e o Japão disponibilizaram somente 0,16 e 0,17 do seu PIB ao ODA em 2007, respectivamente.

56. Os países doadores não-membros do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), especialmente os do sul, aumentaram as suas ajudas orçamentais. A Arábia Saudita e a Venezuela atingiram a meta de 0,7%. A China, a Índia e o Brasil estão a se tornar importantes fornecedores de ODA para a África. De igual modo, a ODA dos países africanos para outros países africanos está igualmente a aumentar. A Nigéria, a Líbia e a África do Sul são os principais fornecedores africanos de ODA para os outros países africanos. Contudo, continuam significativas diferenças

de financiamento. A quantidade de ODA prestada para África está ainda abaixo do que foi prometido em Monterrey, México, em 2002 e reafirmada em Doha, Qatar, em 2008.

57. Os progressos rumo à eficiência da ajuda continuam lentos. Muitas das metas da Declaração de Paris estão ainda por ser cumpridas. Apesar de alguns progressos terem sido feitos no que respeita à coordenação de doadores e ao alinhamento da assistência técnica com os programas dos países, muito ainda deve ser feito. Os progressos no apoio aos orçamentos gerais ou apoio aos orçamentos sectoriais estão adiados. As ajudas continuam imprevisíveis, insuficientemente ligada aos processos nacionais e caracterizadas por altos custos das transacções. Algumas das necessárias acções para fazer avançar a Declaração de Paris foram acordadas durante a Conferência de Acra sobre Efectividade das Ajudas e desmarcadas na Agenda de Acção de Acra (AAA). Contudo, a actual desaceleração do crescimento económico e o requisito da responsabilidade apresentar-se-ão como outro desafio.

Secção III: A Crise Financeira e Económica Global – um novo desafio para acelerar os progressos para atingir os OMDs em África

58. Os relatórios anteriores (2007 e 2008) identificaram uma variedade de desafios e constrangimentos para a realização dos OMDs em África. Esses desafios são tão intensos hoje como eram na altura. Contudo, o ambiente em 2009 para a realização dos OMDs em África tornaram-se mais complicados devido à crise financeira que afectou as maiores economias industrializadas nos finais de 2008 e cujo impacto económico está agora a ser sentido no continente. Após mais de 6 anos consecutivos de registo uma média anual da taxa de crescimento de 6%, a economia africana poderá viver momentos difíceis num território maioritariamente inexplorado.

59. Muitas economias avançadas estão direccionadas para recessão e isto resultou numa queda significativa na procura global das exportações de África e, portanto, das receitas de exportação. Isto terá um efeito impulsionador no crescimento da região e nos esforços para fazer avançar nas metas dos OMDs. De acordo com as estimativas da CEA e da Comissão da União Africana¹⁰ o crescimento na região deverá desacelerar para 3,6% em 2009 devido a crise económica e financeira global.

60. Apesar do sector financeiro de muitos países africanos não estar a experimentar significativos problemas de solvência, o impacto da crise está a começar a ser notado em vários países africanos. Para a maioria de África, a crise é económica. Houve significativa redução por parte dos investidores estrangeiros que resultou em perdas do valor nas bolsas de valor africanas. A procura de produtos de base diminuiu significativamente o que resultou numa imensa perda de receitas, tanto aduaneiras como de exportações estrangeiras. Os preços dos consumidores aumentaram significativamente especialmente devido ao peso dos alimentos na cesta de consumo e das expectativas inflacionárias. As pressões inflacionárias começam a fazer-se sentir nos países em relação à produtos consumidos pelos mais pobres e que têm

¹⁰ Relatório Económico sobre África, 2009

implicações para a realização dos OMDs. Muitos países (por exemplo a Etiópia e a Nigéria) experimentam actualmente inflação de dois dígitos.

61. O espaço fiscal permissivo que muitos países africanos tinham a alguns anos atrás que os permitiu aumentar os investimentos no sector público de modo a acelerar os progressos rumo às metas dos OMDs está cada vez mais severo. Isso pode igualmente apresentar-se como desafio significativo para garantir os sucessos já alcançados. As actuais posições da contabilidade de vários países africanos estão a piorar. Isso pode apresentar-se como um significativo encargo de dívida para os países com o incremento do serviço de dívida e limitando o espaço fiscal para os governos aumentarem os investimentos nas principais áreas dos OMDs.

62. A deterioração na balança contabilística actual de muitos países africanos, colocou pressão nas suas moedas domésticas. Desde Outubro de 2008, a maioria das moedas africanas perderam valor em relação ao dólar americano e outras moedas. Este factor faz com que os custos da produção aumentem nos preços domésticos e contribui para pressões inflacionárias. Idealmente, a depreciação deve resultar no aumento das exportações. Contudo, as condições desanimadoras na procura das exportações africanas nos principais mercados limita a habilidade dos exportadores africanos tirarem vantagem da mudança em preços relativos. A exportação de produtos de base tais como o café, o ouro, o chá e os hortícolas, por exemplo, baixaram significativamente. Em países como a RDC, em que a exploração mineira artesanal foi utilizada regularmente como uma medida anti-pobreza, os pequenos mineiros voltaram à pobreza devido à não-existência de procura pelo seu ouro.

Secção IV: Conclusões e Recomendações

63. Este relatório conclui da mesma forma que o Relatório de 2008. O continente está a registar progressos em algumas metas e nem tanto em outras. Não há convergência tanto aos níveis ou nas taxas de progressos em todas as sub-regiões. A realização dos OMDs no Norte de África continuam um menor desafio do que no resto de África.

64. A actual crise económica e financeira apresenta-se como um desafio especial para os esforços dos países africanos em manter os progressos já alcançados nos esforços para alcançar os OMDs. Muita falta de espaço para o estímulo fiscal para atenuar o impacto de recessão da crise. Não obstante, esta dificuldade a curto prazo não deve distrair os países de continuar a seguir políticas responsáveis para os progressos já alcançados e de incrementar os investimentos do sector público necessários para atingir os OMDs ou para adoptar medidas que ponham em risco os sucessos já alcançados. Para lidar com a questão imediata de melhorar os efeitos da crise e para garantir os progressos já alcançados, os países africanos devem considerar medidas bem direccionadas e flexíveis de protecção social. Tais medidas devem incluir programas de administração pública, programas de comida-pelo-trabalho, políticas de seguro de pensão e de saúde.

65. Os países africanos devem adaptar as suas políticas macroeconómicas de modo a estarem em conformidade com a circunstância especial deste momento ao mesmo tempo que garantam que não adoptem medidas de curto prazo que possam criar posições fiscais insustentáveis no futuro. A planificação e a implementação dos planos baseados nos OMDs devem continuar a ser destacados. Os Governos devem fazer fluir os planos de desenvolvimento e estratégias de redução da pobreza baseadas nos OMDs para as camadas mais baixas do governo ou jurisdições sub-nacionais, uma vez que essas estão melhor posicionadas para produzir os bens públicos locais e para melhorar a eficiência da prestação dos serviços sociais. Deste modo, deve haver cuidado para garantir que a crescente cedência da responsabilidade fiscal para as camadas mais baixas do governo não resulte em falhas de coordenação e apresentem riscos à estabilidade macroeconómica.

2009

Avaliação Dos Progressos Em África Rumo Aos Objectivos Do Milénio Para O Desenvolvimento, 2009

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3969>

Downloaded from African Union Common Repository